

## O declínio do império americano

*A continuidade do retraimento estratégico do império norte-americano e as divisões entre os aliados tornam mais provável a guerra global que os Estados Unidos e as democracias querem evitar.*

**Carlos Gaspar | Público | 20 de janeiro de 2025**

Nas vésperas da sua tomada de posse como Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump anunciou o regresso do continentalismo como uma dimensão central da estratégia da principal potência internacional.

O Presidente-eleito declarou que era necessário restaurar o controle norte-americano sobre o Canal do Panamá, integrar o Canadá nos Estados Unidos e anexar a Groenlândia. Como era previsível, essas declarações provocaram a comoção geral e confirmaram as piores expectativas sobre o regresso da instabilidade no próximo mandato de Trump.

Em si mesma, a nova prioridade atribuída ao espaço continental americano, alargado à Gronelândia e ao Ártico, parece razoável. A China é o principal parceiro económico do Brasil, tem instalações estratégicas na Argentina, a sua presença no Canal do Panamá é cada vez mais forte e quis construir um porto na Groenlândia, na mesma altura em que manifestou interesse em instalar-se nos Açores. As parcerias estratégicas da Rússia e da China com a Venezuela e Cuba garantem a sobrevivência dos dois regimes autoritários americanos, hostis à ordem democrática no hemisfério ocidental.

Nesse contexto, os Estados Unidos podem querer reforçar a sua posição no Canal do Panamá e as suas bases militares na Gronelândia, melhorar as relações com o Canadá e o México, garantir o seu acesso aos recursos minerais críticos no continente americano e conter uma excessiva penetração russa e chinesa no espaço hemisférico. Obviamente, os Estados Unidos não podem recorrer à força para impor os seus interesses sem pôr em causa a sua legitimidade política na luta contra as estratégias imperialistas das potências revisionistas, como a China, a Rússia ou o Irão.

O regresso da Doutrina Monroe é duplamente ambíguo. Por um lado, a valorização da dimensão espacial configura uma estratégia schmittiana na competição com as potências euroasiáticas, assente na definição de grandes espaços tutelados por hegemonias regionais, por oposição a uma estratégia kantiana na luta contra as potências revisionistas, assente na defesa de uma ordem normativa tutelada pelas regras do direito internacional. Desde a sua revelação como uma potência global, os Estados Unidos foram sempre uma potência normativa, preparada para fazer os sacrifícios indispensáveis para garantir a estabilidade da ordem internacional.

Porém, o declínio dos Estados Unidos nos últimos vinte anos pode significar a sua transformação numa potência normal, preparada para defender a hegemonia norte-americana num grande espaço regional sem ter a pretensão de sustentar uma ordem global.

Por outro lado, a prioridade continental tanto pode ser parte integrante de uma estratégia de preparação para a escalada na competição entre as grandes potências, como confirmar uma estratégia de retraimento, manifesta desde o fim das intervenções militares dos Estados Unidos em conflitos externos. No passado, os Estados Unidos nunca foram uma potência normal, mas foram uma potência regional antes de serem uma potência global. No mesmo sentido, os Estados Unidos nunca foram uma potência em declínio e têm estado a definir gradualmente uma estratégia correspondente ao seu novo estatuto como *primus inter pares* na balança central, ao lado da China e da Rússia.

Os Estados Unidos reconhecem que já não podem travar duas guerras simultâneas contra potências relevantes e, além disso, não têm a certeza de poder prevalecer numa guerra contra a China no Pacífico Ocidental. O diferencial entre as duas maiores potências continua a reduzir-se no domínio militar e, nos próximos dez anos, a China pode alcançar a paridade estratégica com o seu rival. A principal vantagem relativa da antiga superpotência continua a ser ter aliados na Europa, na Ásia e no Médio Oriente, que não conseguem garantir a estabilidade nos respectivos espaços regionais sem os Estados Unidos, mas podem contribuir para a contenção das potências revisionistas na Grande Eurásia. O eixo Pequim-Moscovo-Terão está cada vez mais articulado, mas os seus componentes não têm entre si uma relação comparável às alianças dos Estados Unidos com as democracias.

Trump inicia o último mandato numa nova conjuntura, dominada pelas guerras entre a Rússia e a Ucrânia e entre Israel e os proxies do Irão, que não existiam no primeiro mandato do Presidente republicano. O risco crescente de guerras simultâneas na Europa, no Médio Oriente e na Ásia Oriental torna imperativo tanto o reforço das capacidades militares do “Ocidente colectivo”, como a concertação estratégica entre as democracias. Trump quer impor aos seus aliados da NATO um aumento para cinco por cento do rendimento nacional nos gastos de defesa, mas essa exigência deve começar por incluir os Estados Unidos.

O declínio do império norte-americano não é, por definição, irreversível. Mas a continuidade do seu retraimento estratégico e as divisões entre os aliados tornam mais provável a guerra global que os Estados Unidos e as democracias querem evitar.

<https://www.publico.pt/2025/01/20/opiniao/opiniao/declinio-imperio-americano-2119357>